



JUSTIÇA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE

NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (RN-NTIC)

PLANO DE TRABALHO Nº 10/2021

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA
a) Unidade Descentralizadora e Responsável Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): JUSTIÇA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE Nome da autoridade competente: CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA Número do CPF: ***.187.294-** Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação - NTIC
b) UG SIAFI Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 090007 / 00001 Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Núcleo de Tecnologia da Informação e Comunicação/NTIC - JFRN
2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA
a) Unidade Descentralizada e Responsável Nome do órgão ou entidade descentralizada: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN Nome da autoridade competente: JOSÉ DANIEL DINIZ MELO Número do CPF: ***.606.404-** Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Instituto Metrôpole Digital - IMD
b) UG SIAFI Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 153103 / UFRN Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED: 153103 / UFRN
3. OBJETO: O presente documento visa implantar, no âmbito da 5ª Região da Justiça Federal, uma turma do Programa de Residência em Tecnologia da Informação do Instituto Metrôpole Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, em parceria com a Justiça Federal no Rio Grande do Norte - JFRN. O objetivo do referido Programa é promover o projeto e a construção de soluções inovadoras em Tecnologia da Informação que proporcionem melhorias nos processos, métodos e atividades conduzidos no Tribunal Regional Federal da 5ª Região - TRF5 e suas Seções Judiciárias por meio da formação de Pós-graduação de recursos humanos qualificados na área (modalidade <i>lato sensu</i> , nível Especialização), bem como da realização de pesquisa aplicada, desenvolvimento e inovação tecnológica.
4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED: As ações a serem desenvolvidas no âmbito do TED constituem-se em: ● Execução das disciplinas de Especialização previstas pela estrutura curricular do Programa de Residência em Tecnologia da Informação; ● Desenvolvimento de soluções em Tecnologia da Informação, de escopo regional, selecionadas pela Rede de Inovação da Justiça Federal da 5ª Região (JF5) e aprovadas pelo TRF5, nos temas abaixo relacionados: ○ Recursos de estruturação do conhecimento de sistemas de âmbito regional; ○ Gestão de aquisições; ○ Sistema judicial para dispositivos móveis; ○ Painéis <i>Business Intelligence</i> ; ○ Atendimento autônomo ao cidadão via aplicativos de rede social; ○ <i>Software</i> colaborativo de âmbito regional; ○ Aplicação de técnicas de Inteligência Artificial em sistemas de âmbito regional.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região - TRF5 é um órgão do Poder Judiciário com esfera federal cujas competências encontram-se capituladas no art. 108 da Constituição Federal de 1988. Sob a perspectiva vista territorial, o TRF5 possui jurisdição nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, as quais são denominadas Seções Judiciárias, e sua sede está localizada na cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

A fim de que o TRF5 e suas Seções Judiciárias continuem atuando de maneira eficiente e eficaz do ponto de vista de modernização de seus processos e das tecnologias digitais de informação e comunicação empregadas, é importante que eles contem com o apoio de profissionais capacitados na área de Tecnologia da Informação e de pesquisadores (em sua maioria presentes em universidades e outras Instituições de Ciência e Tecnologia) que possam identificar oportunidades e propor soluções inovadoras. Todavia, percebe-se uma escassez de profissionais qualificados na área de Tecnologia da Informação que tenham um entendimento apropriado do contexto judiciário e das tecnologias digitais nele utilizadas. Além disso, a despeito da contratação de empresas aptas a realizarem atividades concernentes à Tecnologia da Informação e do apoio de pessoal dos respectivos setores nessa área, é possível observar que muitas das Seções Judiciárias no Brasil não dispõem de profissionais suficientes em seus quadros para atenderem de forma plena às demandas do Poder Judiciário.

Para fazer frente a esse cenário, o Programa de Residência em Tecnologia da Informação do Instituto Metrópole Digital - IMD da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, institucionalizado internamente pela Portaria nº 76/2018-PPg, de 29 de novembro de 2018, foi proposto com o intuito de contribuir com a formação de profissionais de Tecnologia da Informação e aproximar seu corpo de pesquisadores aos desafios encontrados no mercado, permitindo um melhor entendimento dos problemas enfrentados na prática, em contextos reais, bem como fomento à inovação na área de Tecnologia da Informação. Esse tipo de programa busca promover a capacitação e a inserção de profissionais no mercado de Tecnologia da Informação por meio da imersão destes em ambientes e projetos reais de instituições públicas e privadas parceiras da UFRN por meio da formação teórico-prática em nível de Pós-graduação *lato sensu* (Especialização). Conforme descrito em seu projeto acadêmico, o Programa de Residência em Tecnologia da Informação do IMD-UFRN prevê a realização de um total de 12 (doze) disciplinas, divididas em 5 (cinco) disciplinas de formação básica e 7 (sete) disciplinas de formação especializada, totalizando carga horária de 360 (trezentas e sessenta horas), duração mínima exigida pela Resolução nº 1/2007-CNE/CES, de 8 de junho de 2007, a qual estabelece normas para cursos de Pós-graduação *lato sensu*, em nível de Especialização, no Brasil. Além disso, o Programa prevê a realização de atividades de Aprendizado Baseado em Projetos, consistindo na capacitação dos residentes baseada em projetos através da qual docentes da UFRN, residentes e profissionais identificam, discutem e priorizam problemas, além do acompanhamento das atividades de vivência prática realizadas pelos residentes.

A vivência prática a ser oportunizada aos residentes, a qual complementa a sua formação, é potencializada ainda mais ao considerar como foco o desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras, investigadas e delineadas por pesquisadores da UFRN. Tais pesquisadores têm como missão principal identificar oportunidades de inovação nas Seções Judiciárias do TRF5 e transferir conhecimento e tecnologia produzidos na academia para atender às demandas do Poder Judiciário. Dessa forma, o Programa de Residência em Tecnologia da Informação ora proposto, tal como está sendo concebido, representará um espaço de estudos e aprofundamento dos métodos e técnicas em Tecnologia da Informação aplicados ao mapeamento e informatização dos processos e procedimentos do Poder Judiciário, complementando a formação em nível de Pós-graduação com conteúdos específicos e relevantes que contribuirão para a concretização de projetos inovadores que otimizem as práticas e rotinas do TRF5 e suas Seções Judiciárias. Ademais, essa vivência prática contará com a atuação de especialistas que, além de participarem ativamente na execução dos projetos, farão a gestão destes e das respectivas equipes de trabalho, de forma contínua e sincronizada com os demais envolvidos na Coordenação do Programa de Residência.

O Programa poderá ainda admitir a capacitação de pessoal das próprias Seções Judiciárias que integram o TRF5, na forma de Pós-graduação *lato sensu*, com formação em Tecnologia da Informação e reconhecimento como grau de Especialização, composto por carga horária de 360 horas de disciplinas e um trabalho de conclusão de curso a ser apresentado como requisito para obtenção do referido grau.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

- () Sim
(x) Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

- () Direta, por meio da utilização da capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
(x) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(x) Sim

() Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado:

1. Despesas Operacionais e Administrativas de Caráter Indivisível - DOACI da Fundação Norte-Riograndense de Pesquisa e Cultura - FUNPEC, entidade a ser contratada pela UFRN para a gestão administrativa e financeira do projeto do Programa de Residência em Tecnologia da Informação nos termos da Resolução nº 061/2016-CONSAD, de 15 de dezembro de 2016, no valor de **R\$ 164.186,96 (cento e sessenta e quatro mil, cento e oitenta e seis reais, noventa e seis centavos) (7%)**.
2. Custos indiretos da UFRN, relacionados à manutenção e limpeza de imóveis, fornecimento de energia elétrica e serviços de comunicação de dados, no valor de **R\$ 307.125,04 (trezentos e sete mil, cento e vinte e cinco reais, quatro centavos) (13%)**.

Observação:

1) O pagamento de despesas relativas a custos indiretos está limitado a vinte por cento do valor global pactuado, podendo ser excepcionalmente ampliado pela unidade descentralizadora, nos casos em que custos indiretos superiores sejam imprescindíveis para a execução do objeto, mediante justificativa da unidade descentralizada e aprovação da unidade descentralizadora.

2) Na hipótese de execução por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 a proporcionalidade e as vedações referentes aos tipos e percentuais de custos indiretos observarão a legislação aplicável a cada tipo de ajuste.

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
1. Coordenação das atividades do Programa de Residência em Tecnologia da Informação	Acompanhamento da oferta de turmas de disciplinas, supervisão da execução do Programa e demais trâmites burocráticos	Relatório	2	R\$ 70.000,00	R\$ 140.000,00	ago. 2021	mar. 2023
2. Realização de processo seletivo	Elaboração de edital e execução de processo seletivo	Edital	1	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	ago. 2021	ago. 2021
3. Execução de disciplinas de Especialização	Execução de 5 disciplinas de formação básica e 13 disciplinas de formação especializada em conformidade com a proposta acadêmica do Programa (q.v. Plano de Curso anexo)	Disciplina	18	R\$ 6.000,00	R\$ 108.000,00	set. 2021	mai. 2022
4. Realização das atividades de Aprendizado Baseado em Projeto	Acompanhamento de atividades no âmbito dos projetos das Seções Judiciárias do TRF5	Relatório	2	R\$ 88.864,00	R\$ 177.728,00	set. 2021	fev. 2023
5. Desenvolvimento de soluções em Tecnologia da Informação no âmbito do TRF5	Desenvolvimento de soluções em Tecnologia da Informação no âmbito dos projetos selecionados pela JF5	Artefato de software (mínimo)	7	R\$ 268.000,00	R\$ 1.876.000,00	set. 2021	fev. 2023
6. Entrega de Trabalhos de Conclusão de Curso	Elaboração e defesa de Trabalhos de Conclusão de Curso	Monografia (mínimo)	35	R\$ 1.080,00	R\$ 37.800,00	jun. 2022	fev. 2023
7. Consolidação	Atividades realizadas com vistas à prestação final de contas	Relatório	1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	mar. 2023	jun. 2023

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
Agosto/2021	R\$ 2.535.040,00
Junho/2022	R\$ 281.800,00

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	DETALHAMENTO	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
33.90.39	Auxílio Financeiro a Estudante	Não	R\$ 1.440.000,00
	Auxílio Financeiro a Pesquisador	Não	R\$ 897.800,00
	Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	Sim	R\$ 307.125,04
	Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	Sim	R\$ 164.186,96
	Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (Seguro obrigatório)	Não	R\$ 1.728,00
	Auxílio Financeiro a Pessoa Física	Não	R\$ 6.000,00
TOTAL			R\$ 2.816.840,00
12. PROPOSIÇÃO			
JOSÉ DANIEL DINIZ MELO Reitor Universidade Federal do Rio Grande do Norte			
13. APROVAÇÃO			
CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA Diretor de Foro Justiça Federal no Rio Grande do Norte			

Em 12 de agosto de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE DANIEL DINIZ MELO**, **Usuário Externo**, em 19/08/2021, às 17:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA**, **DIRETOR DO FORO**, em 20/08/2021, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2260879** e o código CRC **AF659892**.